

Era uma vez, antigamente

De vários males está padecendo o senador Antonio Carlos Magalhães, sendo o principal deles uma inequívoca inadaptação à democracia. De fato, a vigência plena da liberdade política não fez bem ao senador. ACM foi bem nas cenas finais do regime militar, mas ali pôde recorrer aos métodos de veemências nos quais estava bem treinado, até por uma questão de convivência com o passado.

Já não se pode dizer que tenha navegado com a mesma justiça no embate seguinte que se apresentou à nação: o afastamento de um presidente da República por crime de responsabilidade. Teve sua grande oportunidade de se adaptar aos novos tempos, ao firmar uma aliança com a socialdemocracia estilizada fundada pelos dissidentes do PMDB, mas viveu seu grande infortúnio pessoal e profissional ao perder o filho Luís Eduardo.

Seu passaporte para o futuro, Luís Eduardo, calibrava permanentemente os sentidos do pai, garantindo o equilíbrio entre os métodos da política de província, fundada no absolutismo personalista, e as novas regras de um Brasil onde o peso da sociedade começava a fazer o contraponto às artimanhas e vontades da elite política.

Da morte daquele que se fez grande de um jeito diferente da grandiosidade da figura paterna, foram dois anos de conflitos crescentes e indiscriminados, nos quais ACM contrariou até mesmo seus próprios ensinamentos, de que não se pode nem se deve brigar com todo mundo ao mesmo tempo.

Uma briga substituía a outra sendo que, a uni-las, estava sempre presente como pano de fundo a incapacidade de Antonio Carlos de reconhecer derrotas, ainda que pequenas, fazer concessões, mesmo as mínimas. Não admitia nada que não fossem as habituais e absolutas vitórias. E se não ganhava, o mundo que tratasse de lhe ajeitar uma vitória, a fim de que não pusesse o mundo a perder.

Seguiu em frente na onipotência típica dos que não reconhecem direito aos contrários nem se consideram passíveis de se tornarem alvo de críticas. Seus erros devem ser entendidos como acertos, mesmo ao custo da verdade.

Essa postura, só Antonio Carlos e os que se valiam de seu poder, não perceberam ter validade finita. Nas democracias, ambientes sustentados pelo contraditório, é absolutamente impossível a prevalência de uma só voz à eternidade. Ninguém ganha todas e ACM se esqueceu de levar esse dado em consideração.

Mesmo posto frente a frente à evidência, ele continua desconsiderando outros dados fundamentais da nova realidade. O senador deixa isso bem claro nas atitudes que vem tomando, nos argumentos que vem usando, nos estratégias a que vem recorrendo na esperança de mudar o que se avizinha imutável.

Primeiro tentou um lance de efeito ao orientar a retirada das assinaturas da CPI da Corrupção a bordo de duas suposições aparentes: a de que o governo se sensibilizaria com o gesto e se disporia à reciprocidade e a suposição de que, se não desse certo, Fernando Henrique desceria junto a ladeira da desmoralização como avalista de um acordo, inexistente, mas inoculado como verdadeiro na percepção popular.

A tática revelou-se inócua, justamente porque havia esticado a corda além do máximo com Fernando Henrique, e o confronto de versões e fatos subsequentes ao enterro da CPI mostrou uma realidade diferente.

Outro equívoco está sendo cometido agora, quando já se ouve entre os aliados do senador a idéia de que quanto mais se protelar o processo, maiores as chances de a população se esquecer do caso até a distensão quase total dos ânimos, de modo a possibilitar a imputação de uma pena intermediária. De novo, a avaliação peca por inadequação aos fatos, que mostram exatamente o contrário: quanto mais o tempo passa, pior fica.

Não fosse isso, o senador ainda assim deveria ser o primeiro a ter em mais alta conta a memória das pessoas, principalmente depois que tentou, e não conseguiu, alterar sua imagem de político autoritário e governista para a figura de defensor das causas justas.

Outra vez, aí a onipotência de se acreditar dono do raciocínio alheio. Mas a propriedade do discernimento é pessoal e intransferível.

Um terceiro movimento, fundado em critérios já inválidos, está sendo feito pelo próprio senador. Ele argumenta, em sua defesa, que a situação ficou da maneira como está porque a "opinião pública foi manipulada pela imprensa".

Outra vez ACM leva em conta dados do passado quando, sabe ele melhor do que ninguém, com um jogo de imagens e sons era possível montar o cenário real que fosse mais conveniente ao poder.

Hoje, falar em manipulação da imprensa pela opinião pública é ignorar a evidência de que é mais fácil acontecer o oposto: os veículos de comunicação é que trabalham em consonância com a opinião que o público forma a partir dos fatos que lhe são apresentados em tempo real. E contra esses, não há força de argumento possível.

Se o senador desviasse o olhar do espelho retrovisor para o horizonte posto à sua frente, teria a oportunidade de perceber que certos procedimentos já são vítimas fatais do tempo, não rendem mais os resultados esperados. Foram eficazes, valeram durante décadas. Mas isso, já se pode afirmar com segurança, era antigamente.

Vários males atingem ACM, mas o principal é que não conseguiu se adaptar ao Brasil do contraditório
